

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Serviços Públicos;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico – Decreto Federal 10.024/2019 - Decreto Municipal n.º 599/2020, Lei Federal 10.520/2002 e lei nº 8.666/93;
1.4	Período:	24 (vinte e quatro) meses;
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93;
1.6	Regime de execução:	Empreitada por preço global

2. DO SERVIÇO

2.1 A contratação dos serviços se faz necessária pois engloba a manutenção corretiva e preventiva para que a Rede de Iluminação Pública desempenhe sua função e opere em condição normal, padronizada e de segurança em detrimento das ocorrências comuns de queima, falha, acidente, furto, vandalismo, instalação inadequada ou desempenho deficiente.

2.2 Os serviços de manutenção do Parque de Iluminação Pública serão realizados pela CONTRATADA através dos veículos adaptados, com operador/motorista, eletricitas, com o custeio do combustível, para que seja realizada a manutenção de todo o Parque de Iluminação Pública do município que conta com aproximadamente 30.000 (trinta mil) pontos, incluindo seus Distritos, seguindo a forma, condições e prazo de execução estabelecidos neste Termo de Referência.

2.3 Os serviços de manutenção correspondem a todas as atividades necessárias para que a Rede de Iluminação Pública (conjunto de circuitos que formam o sistema de iluminação pública) desempenhe sua função e opere em condição normal, padronizada e com segurança, ou seja, manter as luminárias acesas durante a noite e apagadas durante o dia. Estes Serviços são classificados em:

2.3.1 Serviços de Rotina



2.3.1.1 Conjunto de atividades essenciais para o restabelecimento da operação de Rede de Iluminação Pública em função das ocorrências comuns de queima e falha;

2.3.2 Serviços de ronda e marcação

2.3.2.1 Serviço, com a execução noturna, realizado na totalidade da Iluminação Pública, Unidades Ornamentais, visando detectar lâmpadas apagadas, unidade fora de prumo, abalroada, faltante ou com luminária faltante ou compartimento aberto, braço ou suporte fora de posição, condições inadequadas de luminosidade ou qualquer anomalia ou defeito;

2.3.2.2 Ao identificar o defeito a equipe de ronda e marcação deverá consertá-los quando possível, em caso negativo deverá marcar o poste com fita zebra e comunicar sua localização ao fiscal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

2.3.2.3 Os serviços que não puderem ser executados durante a ronda, devem ser registrados para que possa ser programada a sua execução.

2.3.2.4 O Município de acordo com, cronograma dos demais serviços, determinará a ordem dos locais a serem atendidos;

2.3.3 Serviços Corretivos

2.3.3.1 Atividades complementares aos Serviços de Rotina, para restabelecimento integral das condições operacionais em consequência de falha, acidente, furto, vandalismo, instalação inadequada ou desempenho deficiente;

2.3.3.2 Serão feitos, também, em função dos problemas encontrados pelas equipes de ronda e marcação, pelo atendimento de solicitações, por determinação da fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ou para atender situações que envolvam questões de segurança e exijam atendimento imediato, com emissão de Ordem de Serviço (OS).

2.3.3.3 Os serviços corretivos compreendem:

A) Reposição de unidades faltantes;

B) Substituição, remoção de UIP (Unidade de Iluminação Pública), equipamentos e demais materiais pertencentes à rede de Iluminação Pública;

C) Serviços em consequência de falha, acidente, furto, vandalismo, desempenho deficiente ou outros, executados em Unidades e/ou Circuitos;

D) Serviços que envolvam todas as configurações da Rede de Iluminação Pública e seus elementos.

2.3.3.4 A execução dos serviços necessários para a manutenção corretiva corresponde a todas as atividades de inspeção, substituição e reparos em equipamentos, acessórios e redes elétricas para assegurar o seu funcionamento normal, de acordo com as exigências mínimas estabelecidas neste T.R.;

2.3.3.5 Substituição de cintas, braços, cabeamento, luminárias, refletores, chaves magnéticas, comandos em grupos e contactores elétricos, temporizados ou não, lâmpadas, relés e acessórios em UIP (Unidade de Iluminação Pública) existentes, por desgaste natural ou falha operacional;

2.3.3.6 Recuperação das instalações elétricas e de iluminação pública, em logradouros públicos (vias públicas, praças, passeios, ciclovias, parques, áreas esportivas, monumentos naturais e históricos etc.);

2.3.3.7 Sempre que possível deverá tomar as providências para a redução do furto de cabos e vandalismos, realizando.

2.3.4 Serviços de Pronto Atendimento

2.3.4.1 Entende-se por Serviços de Pronto Atendimento, a necessidade de remoção imediata do equipamento de IP, em vista do perigo iminente que possa colocar em risco a integridade física dos munícipes ou do patrimônio. A posterior recomposição do sistema afetado deverá ser em até 72 horas.

2.3.4.2 São exemplos de serviços de Pronto Atendimento: danos causados por abaloamentos, impactos diversos, fenômenos atmosféricos, incêndios, circuitos partidos, luminárias com refrator e/ou compartimento para equipamentos abertos entre outros.

2.4 DO MATERIAL UTILIZADO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.4.1 Todos os materiais necessários para a manutenção do parque de iluminação pública na forma descrita anteriormente será fornecido pela CONTRATANTE;

2.4.2 Os caminhões deverão se dirigir ao Pátio da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (Avenida Alberto Braune, n.º 125, Centro) pelo menos 02 (duas) vezes por semana para reabastecimento;

2.4.3 Caso haja necessidade de um maior reabastecimento durante a semana a CONTRATADA deverá entrar em contato com os fiscais da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2.5 DO DESCARTE DOS RESÍDUOS

2.5.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos será responsável pelo descarte de todos os resíduos oriundos da execução dos trabalhos aqui previstos;

2.5.2 Sendo assim, no momento em que o caminhão for reabastecer o estoque de material (item 2.4) deverá devolver os resíduos existentes;

2.5.3 Enquanto os materiais permanecerem em poder da CONTRATADA está deverá se responsabilizar pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem, até sua devolução a Secretaria de Serviços Públicos, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.

2.6 DA GUARDA E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS

2.6.1 A CONTRATADA será responsável pela guarda e segurança dos veículos locados neste Termo de Referência, devendo alugar um local para estacionamento;

2.7 Sua classificação se enquadra como serviços comuns, na forma da lei 10.520, de 2002 e sua abrangência de realização e uso dos equipamentos compreenderá todo o Município de Nova Friburgo

2.8 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como número de itens/etapas a serem cumpridas para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE
	EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
01	<ul style="list-style-type: none">• 01 (um) caminhão com cesto aéreo, preparado para a função de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas, com cesto aéreo simples, isolado, em fibra de vidro com capacidade mínima para 120 kgf, sendo sua integridade e condições periodicamente verificadas. Potência mínima de 180cv, movido a diesel, carroceria fixa, alcance mínimo vertical (do solo) a aproximadamente 17m, com duplo comando, ângulo de giro de 360º, sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização tanto do veículo como do cesto aéreo.• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante;• 2 (dois) operadores/motoristas devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros;• 2 (dois) eletricistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública;• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs;• Fornecimento de manutenção dos caminhões;• Fornecimento de combustível;• Seguro contra terceiros;• Prazo de execução de 24 meses;• A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos.
2	<ul style="list-style-type: none">• 02 (Dois) caminhões pequeno porte com cesto aéreo. Preparado para a função de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas, com cesto aéreo simples, isolado, em fibra de vidro com capacidade mínima para 120 kgf, sendo sua integridade e condições periodicamente verificadas. Potência mínima de 150cv. Caminhão pequeno porte com cesto aéreo. Carroceria aberta em madeira ou metálica, alcance mínimo vertical (do solo) a aproximadamente 9m, com duplo comando, ângulo de giro de 360º, sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por



	<p>conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização tanto do veículo como do cesto aéreo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante;• 4 (quatro) operador/motorista devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros;• 4 (quatro) eletricitas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública;• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs• Fornecimento de manutenção dos caminhões;• Fornecimento de combustível;• Seguro contra terceiros;• Prazo de execução de 24 meses.• A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos.
3	<p>01 (um) veículo médio, tipo picape com escada central hidráulica. Veículo caminhonete cabine simples, na cor branca, o qual deverá obter a carroceria especificada, carroceria fabricada em alumínio com suporte de escadas laterais, com escada central eletro-hidráulica com ângulo de giro de 360º, alcance mínimo de 7 (sete) metro earmário para ferramentas, a ser montada em veículos pré-indicados para uso em serviços de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas. Peso bruto total aproximado: 3.000kg, capacidade máxima de tração mínimo: 5.800kg incluso reboque, entre eixos: 3.085 a 3.100mm, dimensões aproximadas do veículo – comprimento x largura x altura (mm): 5.330 x 1800 x 1795 mm. Deverá conter ainda sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização. A adaptação de sobrepeso na carroceria do veículo deverá receber reforços nos pontos de fixação no chassi, se exigíveis. É necessário identificar um estudo de distribuição de cargas para o veículo em questão, obedecendo a tara dos eixos do veículo fornecido pelo fabricante. As especificações da caçamba/carroceria do veículo são as dimensões existentes do veículo para instalação: Comprimento: 2350 mm x largura: 1575 mm x Altura: 841 mm, a depender do modelo/referência. A configuração da carroceria compartimentada deverá envolver o chassi e o rodado traseiro do veículo, configurando um conjunto harmônico, com acesso por trás e deverá possuir pegador para facilitar o acesso do operador.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante;• 2 (dois) operador/motorista devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros;• 2 (dois) eletricitas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública;• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs• Fornecimento de manutenção da caminhonete;

	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de combustível; • Seguro contra terceiros; • Prazo de execução de 24 meses. • A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos.
4	<ul style="list-style-type: none"> • 01 (Um) Veículo Leve com carroceria. Com capacidade para 4 pessoas, motorização mínima 1.4, direção hidráulica, ar condicionado. Veículo com a função para suporte a equipes da iluminação pública, utilizado para serviços de escadas, vielas, becos e também para utilização de marcação de pontos a realizar manutenção, com todos equipamentos obrigatórios pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Veículo, com Lona, com no máximo 03 (três) anos de utilização. • Conjunto de ferramentas e equipamentos; • Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; • 2 (dois) operador/motorista devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros; • 2 (dois) eletricistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública; • Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs • Fornecimento de manutenção dos caminhões; • Fornecimento de combustível; • Seguro contra terceiros; • Prazo de execução de 24 meses. • A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos.
5	<ul style="list-style-type: none"> • 01 (Um) Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricista, que atuará como Responsável Técnico da Empresa perante os serviços executados.

6	<ul style="list-style-type: none">• 01 (Um) Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho que atuará como responsável técnico pela segurança dos funcionários na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, fiscalizando e orientando quanto ao cumprimento de todas as normas de segurança e utilização de equipamentos de proteção.
---	--

3. DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os itens acima no quadro do subitem 2.8 terá a seguinte obrigatoriedade:

3.1.1 A disponibilização obrigatória operadores/motoristas e eletricitas durante os dias úteis da semana, com fornecimento de 02 motoristas e 02 eletricitas por caminhão/veículo, sendo a jornada compreendida entre 2 (dois) turnos de 8h trabalhadas, sendo um turno das 7h as 16h (1 motorista e 1 eletricista por caminhão) e o outro turno das 19h as 4h (1 motorista e 1 eletricista por caminhão).

3.1.2 A disponibilização obrigatória de 01 **Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricista**, que atuará como Responsável Técnico da Empresa perante os serviços executados. Este profissional deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços realizados na área de Engenharia Elétrica.

3.1.3 A disponibilização obrigatória de 01 **Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho**, que atuará como responsável técnico pela segurança dos funcionários na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, fiscalizando e orientando quanto ao cumprimento de

todas as normas de segurança e utilização de equipamentos de proteção. Este profissional deverá fornecer ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica ou Termo de Responsabilidade Técnica) dos serviços realizados na área de Segurança do Trabalho.

3.2 Os veículos deverão conter adesivos de identificação nas portas laterais, de forma visível e destacada com a logo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e com os dizeres: “A Serviço da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo”;

3.3 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento;

3.4 Os veículos deverão ser mantidos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;

3.5 Os Motoristas, eletricitas, manutenção preventiva e corretiva dos veículos e combustível serão responsabilidades da contratada, conforme tópico “DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA”.

3.6 O prazo total para execução do objeto da presente licitação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data prevista no memorando de “Início dos Serviços”. Quanto à prorrogação, será observado o que dispõe o Art. 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

3.7 Excepcionalmente, os equipamentos poderão ficar à disposição do Município, em finais de semana e feriados, em casos de calamidade, ou em casos que a administração municipal julgue necessário, desde que devidamente justificado;

3.8 Os veículos deverão estar devidamente licenciados e em conformidade com o Código Nacional de Trânsito Brasileira;

3.9 Os veículos deverão ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos expedidos;

3.10 Os motoristas/operadores e/ou eletricitas deverão apresentar semanalmente relatório contendo as quantidades de pontos atendidos e suas localizações;

3.11 Em caso de impossibilidade de manutenção de algum ponto, deverá conter no relatório sua motivação;

3.12 Caso existam galhos que estejam atrapalhando a manutenção ou bloqueando a iluminação pública, diminuindo sua eficiência, o eletricista poderá aparar, realizar o corte para livrar a Unidade de Iluminação Pública;

3.13 Para execução do subitem acima deverá ser utilizado um facão;

3.14 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

3.15 A Contratada deverá assegurar os EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, aos motoristas e eletricistas, objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesão aos trabalhadores, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, tais como: Protetores para cabeça, face, tronco, membros inferiores e superiores; protetores auditivos, botinas, luvas, cintos de segurança, vestimentas especiais e o que mais fizer necessários, etc;

3.16 A Contratada deverá fornecer vestimenta de trabalho, com a logomarca da Prefeitura Municipal, com o mínimo de 02 (dois) conjuntos por trabalhador e efetuar a reposição assim que se encontrar imprópria para o uso, conforme estabelece NR-18, do Ministério do Trabalho e Emprego;

3.17 Para a realização das atividades a Contratada deverá assegurar os EPC's - Equipamentos de Proteção Coletiva, objetivando neutralizar, atenuar ou sinalizar os riscos dos trabalhos executados, tais como: conjuntos de aterramento; tapetes de borracha; cones de sinalização reflexivos e bandeiras; protetores, etc.

3.18 DESPESAS INDIRETAS, REMUNERAÇÃO E IMPOSTOS:

3.16.1 Na definição do preço ofertado, a Contratada deverá considerar os custos indiretos, a remuneração da empresa, bem como os impostos incidentes segundo a legislação tributária Federal, Estadual e Municipal vigentes.

3.19 SEGUROS:

3.17.1 A CONTRATADA deverá ser responsável pelos danos/prejuízos/acidentes causados a terceiros, seja qual forma for, contratando seguro para cobertura dos respectivos, e com o prazo de 48 horas para a resolução dos mesmos. Exigi-se apresentação das apólices no ato da assinatura do contrato.

4. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATAÇÃO se justifica face ao interesse público de executar-se os serviços para iluminação de praças e vias públicas, a fim de propiciar melhores condições de vida para a população local;

4.2 Os serviços de iluminação pública são essenciais para a qualidade de vida da comunidade e de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, constituem um dos vetores mais importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade. Além disso, valorizam e ajudam na preservação do patrimônio urbano, embelezam o bem público e propicia a utilização dos espaços públicos no período noturno com atividades de lazer, comércio, cultura, esporte, entre outras;

4.3 A resolução normativa ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) nº. 414, de 09.09.2010, determina que as distribuidoras de energia elétrica devam transferir o sistema de iluminação pública à pessoa jurídica de direito público competente, tornando-se responsável pelo serviço de iluminação pública (reposição de lâmpadas, suportes e chaves, além de reatores, braços e outros materiais).

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Será **permitida** a participação de empresa em recuperação judicial **com plano de recuperação homologado** pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

5.2 Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

5.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

7.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.39.15
7.1.2	Fonte de Recurso:	175100000000
7.1.3	Programa de Trabalho:	09001.1545100142.045

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A prestação do serviço se dará em todo o território geográfico do Município de Nova Friburgo;

7.2 Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os veículos poderão sair dos limites do município de Nova Friburgo, desde que previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, estritamente para atendimento a demandas de interesse do município, vedada a utilização para fins particulares ou por terceiros.

7.2.1 No caso de necessidade de deslocamento para outros municípios, os mesmos serão prestados dentro do mesmo valor estipulado na licitação, sem ônus para o município

7.3 A ordem de atendimento dos bairros do Município será definida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

7.4 O cronograma se baseará nas Ordens de Serviços recebidas e na necessidade de cada região;

7.5 O cronograma de atendimento será passado à CONTRATADA semanalmente, entregue todas as sextas-feiras;

7.6 Caso a Secretaria Municipal de Serviços Públicos entenda necessário realizar mudanças no cronograma a CONTRATADA será informada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

7.7 Em caso de chuva ou outras adversidades no bairro programado para atendimento, os funcionários deverão comunicar a Secretaria Municipal de Serviços Públicos de forma imediata para tomada das providências que entender necessárias, dentre elas a modificação no cronograma;

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e com redação alterada pelo Decreto nº 313, de 10 de Outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e com redação alterada pelo Decreto nº 313, de 10 de Outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por

cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

9.3 Caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

9.4 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

10. DO INÍCIO DO CONTRATO

10.1 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora do presente certame, em um prazo máximo de 10 dias corridos, deverá apresentar toda a frota a ser disponibilizada para a municipalidade, bem como documentação dos veículos, motoristas e operadores, necessários ao cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, para a execução dos serviços e operação dos veículos, bem como documentação dos demais profissionais exigidos neste Termo de Referência;

10.2 O prazo para início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da emissão da Ordem de Serviço a ser enviada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.;

10.3 A contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

*Cópia autenticada de documentos do veículo devidamente em nome da Contratada e/ou contrato;

*Carta de Preposto indicando responsável para dirimir o contrato junto à municipalidade, independentemente caso seja o proprietário sócio da empresa.

*Cópia da habilitação de todos os operadores e motorista com suas respectivas categorias, bem como cópia da carteira de trabalho, comprovando o vínculo com a contratada.

* Os documentos supra mencionados, deverão ser apresentados ao fiscal do contrato no prazo máximo de 02(dois) dias corridos, após a assinatura do instrumento contratual.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

11.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

11.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

11.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada de acordo com o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e com redação alterada pelo Decreto nº 313 de 10 de Outubro de 2019

11.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 12.1.1** Disponibilizar os veículos, motoristas e eletricitistas na data e local indicado pelo Setor Requisitante;
- 12.1.2** A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos locados;
- 12.1.3** Adotar as medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias para completa execução dos serviços, inclusive quanto ao seu pessoal, materiais e equipamentos fornecidos durante o período em que estiver em cumprimento de suas atividades;
- 12.1.4** Responsabilizar-se civil ou criminalmente pelos danos causados, ao evento ou a terceiros, pelos seus funcionários, durante a execução dos serviços deste Termo de Referência;
- 12.1.5** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários, despesas com alimentação, hospedagem, transporte e quaisquer outras que por ventura venham a ocorrer em relação aos seus contratados;
- 12.1.6** A Contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte dos seus contratados, do seu local de origem até o local da realização do serviço, sendo de sua inteira responsabilidade o retorno dos mesmos;
- 12.1.7** Só será emitido Atestado de Prestação de Serviços ou será atestado na própria Nota Fiscal a execução do(s) serviço(s) se atendidas às determinações deste Termo de Referência e seus anexos;
- 12.1.8** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do(s) serviço(s) contratado(s), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.1.9** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.10** Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

12.1.11 As irregularidades deverão ser sanadas no prazo de 48 horas a contar da notificação para que não haja prejuízos à realização do serviço, sob pena de aplicação das penalidades constantes no referido Termo de Referência.

12.1.12 Realizar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva dos veículos. Os veículos deverão estar devidamente licenciados para o fim a que se destinam e em perfeitas condições de funilaria, mecânica, elétrica e técnica, bem como de acordo com os requisitos de segurança, conforto, higiene e limpeza e em bom estado de uso e conservação, o que será verificado pela contratante antes da assinatura do respectivo instrumento contratual, sendo que eventuais falhas deverão ser regularizadas no prazo de 48 horas após o comunicado desta administração à detentora;

12.1.13 Substituir no prazo de 48 horas por outros veículos compatíveis disponíveis na locadora, em caráter temporário, a partir do momento em que os veículos alugados forem sofrer serviços de manutenção ou consertos;

12.1.14 Utilizar veículos devidamente revisados e com tanques de combustível completos;

12.1.15 Substituir os veículos por outras do mesmo modelo ou compatível, em caráter definitivo, quando houver acidente com perda total, furto, roubo ou incêndio, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da entrega do boletim de ocorrência policial, por parte da CONTRATANTE, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento contratual;

12.1.16 Substituir profissional (operador/motorista e eletricista) por outro de mesma função em caso de falta, atestado, afastamento ou outro tipo de evento similar no prazo de 24 horas;

12.1.17 Obedecer aos dias, horários e locais pré-determinados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços;

12.1.18 Designar motoristas legalmente habilitados, com carteira de habilitação dentro do prazo de validade, respeitando a categoria classificatória descrita no Código Nacional de Trânsito e uniformizado;

12.1.19 Designar eletricitas com CREA/CRT ativo, com equipamentos de segurança e com todos os cursos e NR's necessários para exercerem tais funções;

12.1.20 É de responsabilidade da Contratada o serviço de extensão de rede e implantação de iluminação pública.

11.2 Quantos aos empregados da CONTRATADA:

11.2.1 Os serviços de motorista e eletricitista deverão ser executados por empregados da CONTRATADA, conforme especificado, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades e as exigências da CONTRATANTE;

11.2.2 A CONTRATADA deverá orientar seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim a evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções à CONTRATADA ;

11.2.3 Os empregados da CONTRATADA devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades a serem executadas;

11.3 Caberá a CONTRATADA fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.4 A CONTRATANTE poderá solicitar que seja afastado imediatamente do serviço o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta;

11.5 A CONTRATADA será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus empregados causarem a esta Administração ou a terceiros;

11.6 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços.

11.7 Manter empregados fixos em plenas condições para a execução dos serviços objeto deste instrumento, bem como, manter todos os empregados treinados e orientados quando em substituição por licença médica, folga ou falta dos titulares;

11.8 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos;

11.9 Fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs) aos seus empregados e manter os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;

11.10 Exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;

11.11 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

11.12 São obrigações dos motoristas da CONTRATADA:

11.12.1 Respeitar a sinalização de trânsito e os limites de velocidade;

11.12.2 Operar o veículo com responsabilidade e atenção;

11.12.3 Tomar conhecimento, antecipadamente, do local da prestação do serviço;

11.12.4 Nunca ler, ou falar ao celular, enquanto estiver dirigindo;

11.12.5 Nunca dirigir de chinelo ou similar, ou seja, usar sempre o calçado adequado;

11.12.6 Nunca dirigir sob efeito de álcool ou drogas;

11.12.7 Adotar sempre boas práticas de direção defensiva;

11.12.8 Disponibilidade a CNH dos condutores com a categoria compatível.

11.13 São obrigações dos eletricitistas da CONTRATADA:

11.13.1 Respeitar o uso de EPI's durante a execução da sua função;

11.13.2 Nunca ler, ou falar ao celular, enquanto estiver exercendo sua função;

11.13.3 Nunca trabalhar sob efeito de álcool ou drogas;

11.14 Com vistas à prestação dos serviços constantes do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de pessoal, obrigatoriamente contratado de acordo com a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, obedecidas também outras disposições constantes de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados (registrada e arquivada no MTE), e qualificado para atender ao perfil de cada serviço de acordo com o constante de descrição geral de atividades e área de abrangência de cada serviço.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ	115.215	Gestor titular
LUIZA PEREIRA SILVA	115.254	Gestor substituto
GUILHERME DE CARVALHO RAMOS	63.232	Fiscal titular
AYANÃN PRATA SOUZA	62.661	Fiscal substituto

15.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

15.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS GARANTIAS

16.1 Considerando que os pagamentos somente serão efetuados após a execução do serviço e sua conformidade neste contrato, é dispensada a garantia contratual.

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93

17.2 Enquanto não reajustado o contrato presume-se o seu equilíbrio;

17.3 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

17.4 Aplicação o índice de reajuste se fará a requerimento da contratada;

17.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer;

17.6 Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo;

17.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

17.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

17.9 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento de contrato.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1 O presente documento foi elaborado pelos responsáveis técnicos da Secretaria requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

19.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

19.3.1 Advertência;

19.3.2 Multa;

19.3.3 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

19.3.4 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

19.3.5 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



19.3.6 Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.7 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.3.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

19.3.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

19.3.10 As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

19.3.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

21. DA RESCISÃO

21.1 O contrato poderá ser rescindido antecipadamente sem ônus ao Município, quando houver a assunção do parque de iluminação pública de Nova Friburgo pelo vencedor da Parceria Público Privada da Iluminação;

21.2 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de

Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.3 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

a- Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos ;

b- O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos .

21.4 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

22.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 10 de julho de 2023

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ Matr.: 115.219	<hr/> GUILHERME DE CARVALHO RAMOS Matr.: 63.232

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos